

Escolas e governo: um impasse.

Não há um acordo quanto aos reajustes das anuidades. O governo não cede e as escolas ameaçam retardar o início das aulas.

As escolas particulares decidiram retardar o início das aulas, por tempo indeterminado, até que o governo revise os índices de reajuste autorizados para a primeira semestralidade. A decisão foi anunciada ontem pelo presidente da Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen), Roberto Dornas, depois de uma reunião de dois dias com 24 sindicatos e quatro associações, que representam 35 mil escolas. E, às vésperas do início do ano letivo, o impasse continua, porque o Ministério da Educação reafirmou que os índices não serão revistos e garantiu que, se for necessário, serão abertas novas vagas e novas salas de aula na rede pública, para abrigar os alunos do ensino privado.

Depois de uma reunião do secretário-geral do MEC, Aloísio Sotero, com os representantes dos conselhos estaduais de educação, onde foram analisados os decretos e portarias que estabelecem os reajustes, a possibilidade de as escolas pleitearem um reajuste superior aos 35% ficou mais clara. Além deste índice, que é fixo, os donos de escolas poderão negociar com os pais de alunos mais 15% (a título de antecipação) e, se isto for insuficiente para sanar os seus problemas financeiros, eles poderão entrar com um pedido de correção de defasagem junto aos conselhos estaduais de educação, que vão aprovar ou não, depois de minuciosa verificação nos documentos contábeis das escolas.

Este índice de correção de defasagem é livre e deverá ser fixado de acordo com a necessidade de cada estabelecimento. Ainda de acordo com o sistema adotado pelo governo, as escolas que comprovarem aumento dos seus custos operacionais no decorrer do semestre — como aumento dos salários de professores e funcionários, e de material escolar — poderão pleitear um novo ajuste de até 50% sobre o índice aplicado na correção de defasagem. E se este novo pedido for aprovado pelos conselhos, ele será concedido a título de antecipação sendo que os 15% negociados inicialmente entre escolas e pais de alunos ficam incorporados ao valor-base de semestralidade.

Mas todo este processo de reajuste fixado pelo Ministério da Educação não agrada a Fenen porque, segundo Roberto Dornas, ele demanda muito tempo e até que os conselhos aproveem os pedidos de correção das escolas, elas já estarão falidas. "Se o MEC acha que isso é necessário para resolver a questão, seria melhor fixar um índice único, no início, para evitar surpresas aos próprios pais no decorrer do semestre", afirmou Roberto Dornas.

Segundo ele, o que o MEC criou foi um processo para "enganar" as escolas e que não será concluído em tempo hábil, "considerando ainda que a composição das comissões de encargos dos conselhos estaduais apresenta desvantagem para as escolas, já que tem três representantes do governo, um dos alunos e um dos professores, contra apenas um representante dos donos de escolas". O próprio Ministério da Educação, como admitiu o secretário-geral adjunto, Luiz Bandeira, sabe que o trabalho das comissões de encargos educacionais na homologação dos reajustes superiores a 55% será demorado e pode não ser concluído a tempo de ser cobrado do aluno ainda no primeiro semestre. E sobre a possibilidade de aplicar os novos reajustes em caráter retroativo, Luiz Bandeira afirma que não há nenhuma determinação sobre isto, ficando a cargo de cada comissão.

"O governo exercerá uma efetiva vigilância para o cumprimento destes valores e a Sunab tem poderes para multar em até 100 MVR (cerca de Cr\$ 32 mil) as escolas que desobedecerem os índices estabelecidos", afirmou o secretário Luiz Bandeira. Ele lembra que o governo determinou estes índices, depois de longos estudos nos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Educação, quando foi concluído que eles seriam suficientes para solucionar o problema da maioria das escolas do País. A própria Fenen já divulgou que 35% só atende a 60% das escolas particulares. Luiz Bandeira considera, porém, que se forem conseguidos os 15%, quase 90% das escolas estariam devidamente atendidas e o resto poderá negociar uma correção de defasagem.

Esta abertura de novos reajustes a serem homologados pelos conselhos estaduais de Educação foi liberada, porque os próprios técnicos econômicos do governo que montaram o esquema não sabem como a política econômica do País vai se apresentar nos próximos meses. Tudo foi feito de forma que se for computada uma grande inflação ainda este semestre as escolas poderão recorrer aos conselhos e pedir o reajuste da semestralidade, afirmou o secretário-geral adjunto do MEC.

Professores farão greve por melhores salários

Os professores de 1º e 2º graus da rede oficial de ensino (federal, estadual e municipal) vão paralisar suas atividades por um dia, logo no início do ano letivo. A categoria — são 1,5 milhão de professores em todo o País que atendem a 30 milhões de estudantes — está reivindicando o piso de cinco salários mínimos. A decisão de interromper as aulas por um dia como forma de pressionar o governo para conseguir o piso salarial foi tomada ontem, por unanimidade, no encerramento do XX Congresso Nacional da Confederação dos Professores do Brasil (CPB), em Porto Alegre. Somente hoje, quando estarão reunidos os membros do conselho de entidades da CPB, é que será definida a data da greve.

Os quatro mil professores presentes ao encontro acreditam que a greve nacional será uma importante forma de pressionar o governo pela fixação do piso de cinco mínimos e também pelo estabelecimento do plano de carreira para o magistério público, a ser debatido pela Constituinte, segundo informou o vice-presidente da regional Sudeste da CPB, Gumerindo Milhomen Neto.

Além da decisão da greve, os professores, que rejeitaram a filiação da CPB à CUT e escolheram a nova diretoria da entidade, aprovaram uma série de propostas a serem encaminhadas ao governo e aos constituintes, com o objetivo de proceder a uma ampla reforma no atual sistema de ensino vigente no País. Entre as propostas que estavam sendo analisadas figuravam um aumento do percentual mínimo de verbas destinadas pelo governo federal aos governos estaduais para os gastos com a educação e a ampliação da faixa etária atendida gratuitamente nas escolas públicas. Vários educadores defenderam a ampliação da atual faixa de atendimento — dos 7 aos 14 anos — para dos 6 aos 16 anos. Também foi sugerida a ampliação dos atuais 13% para 25% do orçamento global da União da verba destinada ao setor educacional. Os professores defendem o ensino pré-escolar gratuito a cargo do Estado para as crianças da faixa dos três aos seis anos.

Escolas vão iniciar as aulas em São Paulo

O presidente do Siseesp—Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo—, José Aurélio de Camargo, disse ontem à noite que sua posição é "irredutível" e que não assumirá qualquer compromisso com a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino para o retardamento do início do ano letivo. "Não vamos endossar um compromisso assumido por eles e somos suficientemente independentes para ter posturas próprias", afirmou.

"Nosso compromisso é com a família e com ela já foram feitos os entendimentos no período da matrícula", explicou. E garantiu: "Que as escolas deverão começar as aulas conforme planejado em seus calendários escolares".

José Aurélio fez questão de ressaltar que o sindicato "jamais, em todos os tempos, sugeriu que a escola parasse porque temos um exemplo a dar à família e ao aluno". Segundo ele, o entendimento família/escola é, e sempre foi, dos mais cordiais, aberto e honesto, e é justamente isto que fez com que 98% dos pais aderissem ao reajuste de 100,6%.

Há outros caminhos a serem tomados e é o que o Siseesp está tomando: ir ao Supremo Tribunal Federal, arguindo a inconstitucionalidade do decreto presidencial que deu poderes ao ministro da Educação, Jorge Bornhausen, para estabelecer o índice de reajuste. Ponto a ser debatido em reunião geral marcada para o próximo dia 27, às 15 horas, no colégio São Bento, e para a qual estão sendo convidados todos os donos de escolas.

Para ele, bancar um movimento de paralização agora seria "criar um clima de incompatibilização com a família que não existe e não é bom". Na sua opinião, tudo não passa de "massa de manobra para gerar um clima de desconfiança com a família, e permitir às autoridades, que têm como cunho ideológico o ensino único estatal, conseguir via Constituinte aprovar suas idéias". O que ele desaprova, "porque a escola única só existe em países totalitários como a Rússia e nós devemos defender o pluralismo educacional", observou.

Com relação aos reajustes, o presidente destacou, ainda, que o artigo 8º do Decreto-lei nº 93911, "permite que se faça uma antecipação de 50% sobre o último reajuste concedido, que foi de 55,25%, o que resulta num reajuste final de 98%, muito próximo do aprovado em nossas assembleias e já aceito pela família". Segundo portaria do MEC, as escolas podem cobrar o reajuste de 35%, mais 15% negociáveis com os pais e mais uma negociação em aberto com os Conselhos Estaduais de Educação, a título de correção de defasagem. Num estudo feito caso a caso, mas sem estabelecer que seja de 98%.

José Aurélio disse que o objetivo da reunião será esclarecer todos os pontos levantados e dar orientação a todas as escolas. "Queremos começar um ano letivo em paz, harmonia e com uma resposta condigna aos nossos professores nos termos de remuneração salarial", frisou.

Depois de uma reunião com o governador Franco Montoro, também o vice-presidente do Colégio Santa Cruz, padre Eugène Charboneau, garantiu que os proprietários de escolas particulares não têm nenhuma pretensão de promover um locaute fechando as escolas, caso as anuidades não sejam corrigidas de acordo com o que estão reivindicando.

Rita de Blagio

Paralisar, não.

Também Antonia Lorusso, proprietária das escolas Picolo Mundo—Maternal e a Cândido Portinari — 1º grau, espera "não chegar a esse extremo" de paralisação ou adiamento do início do ano letivo, "porque os únicos prejudicados seriam os alunos". Afirmou, porém, que se todas as escolas do Estado e do País resolverem por isso terá que aderir ao movimento "não serei a única a fazer um movimento contrário".

A proprietária também desmentiu a denúncia publicada ontem, feita pela mãe de dois alunos, Elizete Antelmi, de que seus dois filhos teriam sido expulsos das escolas porque a mãe se recusara a assinar um pacto com as escolas que resultaria num aumento de 100,6% na semestralidade deste ano. "Eu não expulsei ninguém", garantiu, "acontece que o Gabriel, seu filho menor, é um terror, muito agressivo, quebra cadeiras, prejudica o andamento da classe e até já perdi alunos por causa dele. Mas, não cheguei a expulsá-lo, apenas convidei o aluno a sair e coincidiu que quando lhe telefonei a mãe já estava transferindo-o para outra escola".

Mas confirmou que, como aconteceu com outras escolas, realizou em novembro uma reunião com os pais comunicando-lhes que seguiria a orientação do sindicato das escolas de se fazer um reajuste de 100,6%, para cobrir as perdas da escola com o Plano Cruzado e destinar 66% aos professores. "Eu realmente dei aumento aos meus professores no ano passado. Aumentos que variaram entre 55% e 70% para segurá-los, porque mais ou menos no meio do ano todos estavam querendo abandonar a profissão por causa dos baixos salários.

Sobre o outro filho de Elizete, Conrado, a proprietária do Colégio Cândido Portinari disse que não o expulsou e não o faria; "porque ele é um ótimo menino e, infelizmente, o único prejudicado nessa história, porque deve ter lido a matéria no jornal e não deve estar entendendo nada do que está acontecendo. Posso garantir que nunca pensei em expulsá-lo da escola. O que não me interessa mais é a mãe na escola, não o filho. Uma mãe que tentou arregimentar outros pais contra a escola, mas que felizmente não conseguiu, porque todos sabem com que seriedade levamos o nosso curso".

E como continuar com o filho e sem a mãe? "Realmente eu não sei como será, se eu fosse ela eu retiraria o filho da escola. Mas, como não posso ficar com o filho apenas, terei que continuar com essa mãe me atormentando."

Antonia desmentiu ainda ter dito que a escola "quebraria" sem um aumento de 100%. "Eu apenas disse que se a situação continuasse desse jeito nós não poderíamos continuar por muito tempo porque durante o ano passado todinho não cobrei taxa extra, não pedi donativo, porque considero humilhante, e gastei dinheiro com aumento de professores, e tive tudo aumentado: aluguel, taxa de água, luz e não deixei de oferecer e nem cobrei um tostão a mais pelos outros oito cursos extra-curriculares que oferecemos aos alunos das duas escolas."